

DOENÇAS EMERGENTES E REEMERGENTES: DESAFIOS PARA A SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

Vitor Leonardo Alves¹; Claudia Chaves²; Layse Da Silva Vieira³.

DOI: 10.47094/IIICOLUBRASMU.2026/RS/37

RESUMO

Introdução: As doenças emergentes e reemergentes representam uma preocupação crescente para a saúde pública mundial e brasileira. Enquanto as doenças emergentes correspondem a agravos recentemente identificados ou que apresentam aumento de incidência, as reemergentes referem-se àquelas previamente controladas que voltam a apresentar relevância epidemiológica. No Brasil, fatores como desigualdades socioeconômicas, urbanização desordenada, mudanças climáticas, desmatamento, deficiências no saneamento básico e dificuldades no acesso aos serviços de saúde favorecem a manutenção e disseminação desses agravos, exigindo respostas dos sistemas de vigilância e assistência. **Objetivo:** Analisar o panorama das doenças emergentes e reemergentes no Brasil, identificando os principais fatores associados à sua ocorrência e seus impactos na saúde pública. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, realizada a partir da análise de 17 artigos científicos publicados nas bases de dados BVS e Google Acadêmico entre os anos de 2021 e 2026. **Resultados e discussão:** A análise dos estudos revelou que o Brasil convive com doenças emergentes e reemergentes, evidenciando a complexidade do perfil epidemiológico nacional. Entre os agravos mais frequentemente descritos destacam-se Dengue, Chikungunya, Zika, Febre Amarela, Tuberculose, Hanseníase e Sífilis. Os resultados apontam que a persistência dessas doenças está relacionada às desigualdades sociais, à insuficiência das condições sanitárias e às fragilidades na cobertura e qualidade dos serviços de saúde. Observou-se ainda que as mudanças ambientais e climáticas favorecem a expansão geográfica de vetores, aumentando a incidência de arboviroses em diferentes regiões do país. Outro aspecto relevante refere-se à subnotificação de casos, ao diagnóstico tardio e às limitações da vigilância epidemiológica, fatores que comprometem a detecção precoce e o controle dos agravos. Assim, destaca-se a necessidade de fortalecer ações de prevenção, monitoramento e educação em saúde, bem como ampliar a integração entre vigilância epidemiológica, atenção primária e gestão pública. **Conclusão:** Conclui-se que as doenças emergentes e reemergentes permanecem como desafios para a saúde pública brasileira. O enfrentamento desses agravos requer investimentos contínuos em vigilância epidemiológica, qualificação dos serviços de saúde, ampliação do acesso ao diagnóstico e implementação de políticas públicas intersetoriais capazes de reduzir vulnerabilidades sociais e ambientais, contribuindo para a prevenção de surtos e para a proteção da saúde coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Controle de doenças. Surtos de doenças. Vigilância epidemiológica.